

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO INICIAL nº 432/2023
PROCESSO 281/2023– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recurso de convênio estadual nº 222/2022 SESA/PR.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta do Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 031/2023, regido pelas Leis 8.666/93 e 10.520/02, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa dar início a fase externa do processo licitatório.

III- RELATÓRIO

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou o pregão eletrônico nº 31/2023, que versa sobre o processo licitatório de aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recurso de convênio estadual nº 222/2022 SESA/PR, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Termo de Convênio– evento 03
- 03) Solicitação inicial – evento 04
- 04) Pesquisa de preço/Cesta – evento 05
- 05) Solicitação de Contratação– Evento 06
- 06) Parecer Contábil – evento 07
- 07) Ato de Consórcio – evento 08
- 08) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 09) Solicitação de Parecer – evento 10

É o relatório.

IV– DO PARECER

Primeiramente cabe destacar que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, tampouco aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Autarquia.

Deve se juntado aos autos de processo eletrônico submetido à análise desta Assessoria Jurídica, a Autorização para abertura de processo administrativo de licitação, dada pela Autoridade competente, pois na lógica do regime normativo aplicado no certame tal ato é anterior à análise jurídica.

a) Da Justificativa da Contratação

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, as quais são obrigatórias e devem fundamentar a definição e quantificação do objeto, bem como a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação. Observa-se que, no caso, tais estudos já foram realizados, eis que este Pregão está sendo aberto tão somente para promover a contratação de itens que restaram desertos ou fracassados no âmbito do Pregão eletrônico nº16/2023.

Considerando a existência do Termo de Convênio nº 222-2022, com previsão de recursos para aquisição dos itens objeto deste Pregão, mantém-se a necessidade de deflagar novo certame para possibilitar um maior fortalecimento do SUS, modernizar a estrutura e ampliar a área de atendimento, a fim de melhor suprir as necessidades tanto dos pacientes como dos profissionais que atuam nas dependências do Consorcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS - AME.

Importante mencionar ainda, *mutatis mutandi*, o disposto no artigo 14 da Lei 11.107/2005, que permite a este CONIMS a aquisição de itens para uso dos seus Municípios consorciados, a despeito da condição de regularidade individual:

Art. 14. A União poderá celebrar convênios com os consórcios públicos, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas.

*Parágrafo único. Para a celebração dos convênios de que trata o **caput** deste artigo, as exigências legais de regularidade aplicar-se-ão ao próprio consórcio público envolvido, e não aos entes federativos nele consorciados.*

b) Da Modalidade Eleita

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 1º, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, vejamos:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No processo licitatório em análise, pretende-se a aquisição de bens passíveis de descrição por critérios de mercado, classificados como “bens comuns”¹, conforme se depreende do Termo de Referência e do descritivo de solicitação de materiais, com descritivo já formatado em Plano de Trabalho.

Atestada a natureza comum dos bens pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

Em se tratando de bem a ser adquirido com verba de convênio, aplica-se o artigo 116, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que dentre os elementos mínimos que devem compor o Convênio, consta expressamente a elaboração de Plano de Trabalho, com indicação de cronograma e valores de desembolso, senão vejamos:

“Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

*I – identificação do **objeto** a ser executado;*

*II – **metas** a serem atingidas;*

*III – **etapas** ou fases de execução;*

*IV – plano de aplicação dos **recursos financeiros**;*

*V – **cronograma** de desembolso;*

*VI – **previsão de início e fim da execução do objeto**, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;*

VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.” (grifamos)

Vale dizer, a regularidade do convênio depende, em primeiro lugar, do cumprimento do plano de trabalho. Se este instrumento for elaborado de forma correta, planejada e detalhada, bastará aos partícipes **cumpri-lo** para garantir o seu sucesso, além da observância de formalidades e prestação de contas ao TCE/PR na forma da Resolução TCE nº 28/2011 alterada pela Resolução nº 46/2014.

¹ Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

No caso, consta do Plano de trabalho que o valor dos referidos itens foi previsto em montantes específicos por natureza de objeto, que não podem ser ultrapassados, o que, contudo, não afasta a necessidade de pesquisa de mercado para averiguar a possibilidade de otimizar o uso de recurso, o que foi realizado pelo setor consultente.

Há nos autos Cesta de preços indicando múltiplas fontes de preço ², com a ressalva de que o termo de Convênio já indica valores máximos, os quais devem ser respeitados.

Constam também nesses autos: a indicação do recurso orçamentário para a despesa, consoante parecer contábil, a definição da modalidade licitatória, e a autorização da autoridade competente para a realização da licitação.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradora se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pela observância das ressalvas e, se for o caso, pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 12 de dezembro de 2023.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313

² Deve-se justificar, no entanto, a razão da escolha de fornecedores específicos e a não adoção de parâmetros de outras compras públicas